



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 54/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4.289/2026

RESPOSTA AO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS

Interessado: Itaú Unibanco S.A.

Em atenção ao Pedido de Esclarecimentos nº 02 apresentado pelo Itaú Unibanco S.A., referente ao Pregão Eletrônico nº 54/2026, prestam-se os seguintes esclarecimentos.

1. Conta para disponibilização dos valores arrecadados

Questionamento: Está correto o entendimento de que o crédito dos valores arrecadados, em D+1, poderá ser realizado em conta corrente de titularidade do Município mantida na própria instituição financeira contratada, considerando-se, dessa forma, cumprida a obrigação de repasse prevista no item 6.4?

Resposta: Sim.

Será admitida a disponibilização dos valores arrecadados, em D+1 ou em prazo inferior tecnicamente disponível e aceito pela Administração, em conta corrente de titularidade do Município mantida junto à instituição financeira contratada e vinculada à operacionalização dos serviços de arrecadação.

2. QR Code Pix nos carnês e DAMs

2.a. Carnês já emitidos em 2026

Questionamento: Os QR Codes Pix atualmente impressos nos carnês do lote anual foram gerados pela instituição financeira atualmente contratada? Em caso positivo, como se dará a transição dos carnês já emitidos e distribuídos que permanecerem em circulação após o início da nova contratação?

Resposta: Os carnês referentes ao exercício de 2026 foram emitidos pela empresa atualmente contratada, inclusive com os respectivos meios de pagamento então disponibilizados.

Os vencimentos desses carnês ocorrerão até dezembro de 2026. A vigência do contrato atualmente em execução está prevista até janeiro de 2027, não havendo previsão de manutenção da circulação dos carnês de 2026 após o encerramento da vigência do contrato atual.

Portanto, a transição para a nova contratação será organizada de forma a preservar a continuidade da arrecadação e a evitar sobreposição operacional incompatível entre os documentos emitidos sob o contrato vigente e os documentos que serão gerados na nova solução.



2.b. Novo lote anual de carnês

Questionamento: Os carnês do novo lote anual de IPTU, ISS e taxas, com parcelas de vencimento ao longo do exercício, serão emitidos com QR Code Pix dinâmico gerado pela contratada, vinculado a cada parcela e com validade compatível com a respectiva data de vencimento?

Resposta: Sim.

Os carnês e documentos do novo lote anual deverão ser emitidos com QR Code Pix dinâmico gerado pela contratada, vinculado ao respectivo documento ou parcela e compatível com a data de vencimento, o valor devido e os encargos incidentes, quando aplicáveis.

2.c. DAMs emitidos on-line ou em guichê

Questionamento: Os DAMs emitidos por serviços on-line ou guichê, que atualmente possuem apenas código de barras, deverão passar a conter QR Code Pix dinâmico a partir do início da nova contratação?

Resposta: Sim.

A partir do início da nova contratação e da homologação da solução, os DAMs emitidos pelos serviços on-line, guichês ou demais canais municipais deverão conter QR Code Pix dinâmico, observadas as condições técnicas de integração, geração, registro, liquidação, baixa automática, conciliação e segurança previstas no Termo de Referência.

3. Arquivo de retorno das liquidações Pix

Questionamento: As liquidações via Pix deverão ser informadas no mesmo arquivo CNAB 240 utilizado para as liquidações por código de barras, com identificação da modalidade, ou será admitido arquivo apartado em leiaute específico para retorno de Pix, como CNAB 750?

Resposta: Será admitida a disponibilização de arquivo apartado em leiaute específico para retorno das liquidações Pix, inclusive CNAB 750 ou outro formato tecnicamente adequado, desde que a solução preserve integralmente os requisitos previstos no Termo de Referência.

O arquivo de retorno deverá permitir a identificação inequívoca da modalidade de pagamento, a vinculação ao respectivo documento arrecadatório, a identificação individualizada da transação, a segregação entre liquidações por cobrança registrada e por Pix, a conciliação diária, a conferência das tarifas aplicadas e a rastreabilidade dos valores.

4. Dados históricos e dimensionamento

Questionamento: Solicita-se informar, com base no histórico dos últimos 12 meses: quantidade de documentos emitidos e registrados; documentos liquidados por modalidade; percentual de inadimplência; volume arrecadado; e ticket médio por documento.

Resposta:

a) Documentos emitidos e registrados: a Administração não dispõe, neste momento, de quantitativo consolidado de documentos emitidos e registrados que possa ser apresentado com a precisão necessária para fins de dimensionamento.

b) Documentos efetivamente liquidados: o histórico utilizado como referência no Termo de Referência registra aproximadamente:

- 152.294 liquidações por cobrança registrada; e
- 65.269 liquidações via Pix;

totalizando 217.563 liquidações no período histórico utilizado para o dimensionamento.

Para a contratação, foram estimadas 182.000 liquidações anuais por cobrança registrada e 78.000 liquidações anuais via Pix, totalizando 260.000 liquidações estimadas por ano.

c) Percentual de inadimplência: a estimativa percentual de inadimplência apurada pela Administração situa-se entre 25% e 30%.

d) Volume financeiro e ticket médio: a estimativa anual de valores arrecadados é de aproximadamente R\$ 500 milhões, e o valor médio unitário dos documentos efetivamente liquidados é de aproximadamente R\$ 2.213,58.

5. Forma de retenção ou débito das tarifas

Questionamento: A retenção poderá ser efetuada diariamente no momento de cada repasse em D+1 ou deverá ser consolidada e realizada uma única vez por mês, debitada na conta corrente do Município na instituição vencedora?

Resposta: Quando a contratada for instituição financeira ou cooperativa de crédito autorizada pelo Banco Central do Brasil, a remuneração observará, preferencialmente, a retenção das tarifas no momento do repasse dos valores arrecadados, nos termos do item 8.16 do Termo de Referência.

Assim, a retenção poderá ocorrer diariamente, no momento de cada disponibilização ou repasse dos valores arrecadados, desde que corresponda exclusivamente às tarifas unitárias contratadas relativas às liquidações efetivamente processadas e que seja demonstrada em relatório mensal detalhado.

6. Atual prestador do serviço

Questionamento: Qual é o atual banco prestador do serviço?

Resposta: Banco do Brasil, intermediada pela empresa contratada, MITRA - ACESSO EM REDE E TECNOLOGIA DA INFORMACAO MUNICIPAL LTDA



7. Baixa de títulos não pagos

Questionamento: Com quantos dias os títulos não pagos são baixados?

Resposta: Os lançamentos registrados nos carnês não devem ser cancelados durante o exercício de 2027, pois, a qualquer tempo, uma parcela em atraso possa ser paga. Demais guias geradas pelo sistema tributário, não possuem regra de cancelamento prevista no TR, portanto, fica a critério do contratado a baixa desses documentos.

8. Permanência de títulos em carteira

Questionamento: Por quantos dias os títulos não pagos deverão permanecer em carteira?

Resposta: Mesma resposta do questionamento anterior.

9. Protesto de títulos não pagos

Questionamento: Os títulos não pagos são enviados a cartório para protesto? Se sim, em quantos dias após o vencimento?

Resposta: Não. Os títulos não pagos não serão encaminhados a cartório para protesto no âmbito da presente contratação.10. Prazo de atendimento para problemas de integração

Questionamento: O prazo de até 24 horas úteis previsto no item 3.1.2 destina-se ao atendimento inicial e encaminhamento da demanda, admitindo-se prazo de resolução compatível com a complexidade do incidente?

Resposta: Sim.

O prazo de até 24 horas úteis previsto no item 3.1.2 do Termo de Referência refere-se ao atendimento inicial, à análise preliminar, ao registro da ocorrência, ao encaminhamento da demanda e à apresentação das providências iniciais aplicáveis.

O prazo para solução definitiva poderá ser flexibilizado conforme a complexidade técnica do incidente, a necessidade de interação entre ambientes tecnológicos, a dependência de terceiros, os requisitos de segurança, os testes de homologação e as medidas de contingência necessárias.

A contratada deverá, sempre que a resolução imediata não for possível, apresentar plano de correção com diagnóstico preliminar, medidas de contingência, responsáveis, cronograma estimado de regularização e atualizações periódicas até a solução da ocorrência.

11. Prazo para falhas críticas

Questionamento: Os prazos previstos no item 3.1.3 poderão ser flexibilizados para incidentes de alta complexidade técnica ou dependentes de terceiros?



Resposta: Sim.

Os prazos previstos no item 3.1.3 poderão ser flexibilizados para incidentes de alta complexidade técnica, dependentes de terceiros ou sujeitos a requisitos de segurança, governança, homologação ou intervenção em ambientes tecnológicos externos, desde que a contratada:

- comunique tempestivamente a ocorrência;
- apresente diagnóstico preliminar;
- adote medidas de contingência para reduzir os efeitos sobre a arrecadação, o registro, a liquidação, o retorno de arquivos ou a conciliação;
- apresente plano de correção tecnicamente fundamentado, com prazo estimado e responsáveis; e
- mantenha a Administração informada sobre a evolução da solução até a completa regularização.

A flexibilização não afasta o dever de atendimento tempestivo, de comunicação imediata, de preservação da continuidade do serviço e de correção das falhas atribuíveis à contratada, sem ônus adicional ao Município.

DEPARTAMENTO DE SUPRIMENTOS